

Abreu teme custo da dívida *excl.*

BRASÍLIA — “Os gastos com pessoal não são nosso principal problema; a questão crucial é como lidar com os brutais estoques das dívidas interna e externa”, disse ontem o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, em debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão de Orçamento do Congresso. O custo dos juros da dívida interna federal deverá ficar, este ano, entre 2,5% a 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) — cerca de NCz\$ 12,3 bilhões a NCz\$ 15,8 bilhões — segundo avaliação do Ministério do Planejamento.

A impossibilidade de continuar aumentando a dívida pública é o principal motivo da preocupação do governo com seu déficit, explicou Abreu aos parlamentares. “Hoje o que mais nos preocupa é a capacidade do governo de continuar financiando esse nível de déficit”, comentou o ministro, garantindo aos deputados e senadores que o governo espera reduzir o seu déficit — em 88, ele foi de 3,96% do PIB. Para isso, porém as autoridades terão de tomar medidas como o aumento das contribuições previdenciárias e esperar ajuda do Congresso.

Encargos — Abreu explicou que as previsões da Seplan para o gasto com os títulos públicos significam que os encargos da dívida, na prática, terão o mesmo peso do ano passado (3,2% do PIB) ou ficarão até abaixo disso, apesar da política de juros altos no início do Plano Verão. A diferença entre os dois números se deve ao uso do INPC ou do IPC como índice para medir a variação real dos encargos da dívida.

Os esforços do governo para reequilibrar as contas do setor público orientarem o orçamento deste ano e o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — que ditará as regras para o orçamento do próximo ano —, explicou Abreu. Ele garantiu aos parlamentares que o crescimento dos gastos com pessoal foi provocado pela recuperação do poder aquisiti-

vo do funcionalismo e não pelo empreguismo, que garantiu não existir no governo federal. O contingente de funcionários do setor público é menor hoje do que era em 1985”, disse o ministro, contrariando estudo divulgado há duas semanas pela própria Seplan, que aponta um aumento de 2,9% no número de funcionários federais, de 1985 a 1989. A Seplan calcula em pouco mais de 100% o aumento real dos gastos com o funcionalismo nos últimos quatro anos.

Abreu alertou os parlamentares sobre a necessidade de promover medidas de recuperação da receita governamental, como a redução de 20% dos incentivos fiscais e subsídios. “Caso isto não ocorra, teremos um grande embaraço na questão da receita.” Ele lembrou que o setor público, hoje com um déficit “em torno dos 3% do PIB”, foi, ao contrário da década de 70, capaz de gerar poupança para financiar investimentos da ordem de 6% do PIB.

☐ A base monetária (emissão primária de moeda mais reservas bancárias) registrou um crescimento de 13,4% em abril, pelo conceito de ponta (posição de final de mês) e de 17,8% pelo conceito das médias diárias, o que significa uma queda em relação aos resultados registrados em fevereiro e março. O Banco Central constatou que houve uma redução no fechamento de contratos de câmbio para exportação. Para reequilibrar a liquidez da economia, o governo colocou NCz\$ 2,2 bilhões em títulos no mercado para enxugar o excesso de dinheiro. Os meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósito à vista nos bancos) registraram um crescimento de 14,3%. Em abril, o governo emitiu NCz\$ 904 milhões.